

SESSÕES DO PLENÁRIO

117ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de novembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARQUINHO VIANA (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rosemberg Pinto, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(54)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):-Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Luiz Augusto comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 06/10, 19/10 e 11/11/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Pequeno Expediente. **(Oradores**

inscritos)

Com a palavra, por 5 minutos, o deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Alex, deputado Joseildo, eu pediria 1 minuto da atenção de V. Ex^{as}, da imprensa, se puderem ajudar, para um fato da maior gravidade. O garimpo de esmeraldas em Pindobaçu e Campo Formoso está há quase 3 meses fechado e milhares de pessoas, deputado Vando, passam fome neste momento. Os burocratas do governo estadual e do governo federal não se comovem, porque o dinheiro dos salários deles no final do mês vai para conta. Estão trabalhando, quando trabalham, no ar-condicionado e não sabem, nem procuram saber, da situação de mais de 20 mil pessoas. Estou falando de mais de 20 mil pessoas que estão passando fome no garimpo de Carnaíba!

Essas pessoas, Srs. Deputados, vivem diretamente da extração das esmeraldas, não são os produtores, são aqueles faisqueiros que ficam na beira, nas portas dos serviços onde as esmeraldas são exploradas esperando que apareça uma pedrinha perdida. São aqueles que trabalham vendendo, não são os grandes compradores que compram milhões e não sofrem as consequências. Refiro-me aos que não têm dinheiro sequer para comprar um bujão de gás, e o governo não faz absolutamente nada! O Exército é quem controla a venda de explosivos, que é um material, deputado Luciano Ribeiro, necessário para dinamitar a terra e explorar as esmeraldas. Uma mina de 60 anos que tanta riqueza tem dado à Bahia, ao Brasil.

Eu estou falando dos que vivem diretamente, não estou falando da cadeia indireta que movimenta Jacobina, Senhor do Bonfim, Pindobaçu e outras cidades da região. Um dos garimpeiros desviou uma quantidade de dinamite e foi comprovado que essa dinamite foi usada para explosão de caixas bancários. É natural que se prendesse, ninguém é contra à punição, o problema deste País é porque não há punição; agora, 20 mil pessoas não podem ser prejudicadas porque o Exército fechou o garimpo por 3 meses.

Estão aqui o deputado Pedro Tavares, o deputado Alex, o deputado Roberto Carlos estava aqui há pouco, todos foram votados naquela região, nós precisamos fazer alguma coisa. Aqui não se trata de política, Srs. Deputados, trata-se de uma questão social, pais e mães de família não têm o que comer!

E o governo está insensível. Falei com o governador Rui Costa e as coisas continuam do mesmo jeito. Mandem equipes de funcionários! Vejam qual é a realidade para ver se isso aqui é política ou se é discurso político ou se é o caos instalado na região! Vejam, 20 mil pessoas, deputado Vitor, não podem ser penalizadas por desvio de, apenas, uma pessoa! Se, nesta, Casa um deputado fez uma bobagem, não podem ser penalizados os outros 62 deputados.

Há poucos dias, o Brasil assistiu a um coronel do Exército junto a outros capitães e a soldados atestarem que aqueles determinados vidros eram blindados. E quando foi feito o teste, a bala passava tranquilamente. De blindagem, não tinha nada; ao menos da blindagem que o Exército pagou! E nem por isso todo o Exército foi penalizado!

Não podemos penalizar toda uma categoria pelo erro de um. Trata-se da vida...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

Não podemos continuar assim. Srs. Deputados e imprensa aqui presente, pediria uma ajuda, não para o deputado Adolfo, mas para os irmãos e as irmãs nossos que vivem em uma situação de calamidade, pois eles não têm dinheiro para comprar o feijão...

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Deputado Marquinho, sei que V.Ex^a é insensível, mas nem tanto. Espere um pouquinho só.

Então, Srs. Deputados, imprensa aqui presente, este é um assunto da maior gravidade. Não estou aqui tratando de política! Não estou aqui pensando em votos! Estou pensando em seres humanos que, em pleno século XXI, com tanto dinheiro desviado, com tanto dinheiro jogado fora, com tanta corrupção, estão sem as suas necessidades básicas.

Que o governo mande verificar! Há funcionários suficientes nessas secretarias para irem in loco verificar qual a situação de penúria e de desastre em que se encontram aqueles amigos nossos da região de Campo Formoso e Pindobaçu!

Então, Srs. Deputados, eu pediria este apoio. Sei que há vários problemas. Sei que o Brasil passa por tantos problemas que ninguém se comove mais, deputado! No entanto, vejam, é escândalo em cima de escândalo. É problema em cima de problema!

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

Contudo, eu trago mais este problema que já falei, hoje, nesta tarde, aqui desta tribuna, para ver se os “ice men” do governo, melhor, os homens de gelo do governo derretem um pouco desta frieza e mandem verificar in loco a tragédia que está acontecendo naquela região.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos; e, em seguida, o nobre deputado Carlos Geilson, o rubro-negro de Feira de Santana.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Parlamentares, ouvi, atentamente, o pronunciamento do deputado Adolfo Menezes. Eu, deputado, quero prestar minha solidariedade ao seu pronunciamento e às pessoas que passam por este momento difícil. Acho que o governo deveria estar mais atento a essas causas que acontecem no Estado da Bahia.

Antes de entrar, mais uma vez, no assunto da revitalização do rio São

Francisco, deputado Adolfo Menezes, acho este um assunto que deve ser tratado por todos os parlamentares desta Assembleia.

Deputado Pablo Barrozo, V.Ex.^a assume, interinamente, a Liderança da nossa Bancada. Quero parabenizá-lo e, ao mesmo tempo, dizer que a nossa Bancada estará sob a sua Liderança e, com certeza, continuando a fazer o belíssimo trabalho que vem sendo feito de fiscalização em relação ao governo do Estado.

Eu, deputado Pablo Barrozo, obtive uma informação nos corredores de que as contas de telefone e Internet do Detran foram cortadas por falta de pagamento. Não quero acreditar que isso seja verdade!

Pedi à assessoria da Liderança da Oposição para checar as informações, até porque a nossa Bancada, deputado Pablo Barrozo, tem cobrado as informações referentes aos contratos do Detran constantemente nesta Casa. Infelizmente, o órgão não encaminha os contratos. A base do Governo se omite da discussão ao fingir não acontecer nada, justamente para proteger o Detran ou blindar o órgão das suas responsabilidades. Se for confirmado o corte das contas de telefone e internet do Detran, ficará comprovado que, no mínimo, existe uma gestão que não vem correspondendo à altura do cargo.

Quando me inscrevi, deputado Marquinho Viana, para fazer um pronunciamento nesta segunda-feira, foi justamente para dizer aos nobres deputados e deputadas que a situação do rio São Francisco se agrava a cada dia. A cada dia, chegam notícias de que o rio vem piorando.

Na semana passada, ao chegar do encontro dos deputados do Nordeste, no qual tratamos, em Recife, na Assembleia de Pernambuco, de temas importantes para todo o Nordeste, ficou definido que a pauta que levaríamos a Brasília seria justamente a pauta que trata da transposição e da revitalização do rio São Francisco.

Deputado Marquinho, precisamos, aqui, esquecer um pouco as siglas partidárias e nos unirmos, em nossa unanimidade, em defesa da revitalização do rio São Francisco.

É inadmissível que estejamos, aqui, a observar o rio caminhar para o seu óbito e não tomamos nenhuma medida coletiva para chamar a atenção do governo federal para a importância que tem a revitalização do rio São Francisco de maneira imediata, deputado Carlos Geilson.

O São Francisco, tanto já serviu à Bahia como ao Nordeste de um modo geral, passará a servir mais ainda, agora, com a transposição da água, mais 4 ou 5 estados do Nordeste. Fala-se muito na transposição do rio. No entanto, quanto à revitalização que deveria, sim, ser a ação emergencial e imediata, este item está esquecido.

E, aí, Sr. Presidente, para concluir, quero dizer a V.Ex.^a que existem estudos da Codevasf que apontam que se investidos 600 milhões por ano, nós revitalizaremos, em 10 anos, o São Francisco. As obras da transposição foram, inicialmente, orçadas em 4 bilhões e já ultrapassam 10 bilhões! Eu não sou contra levar água, Sr. Presidente, para quem tem sede nos nossos estados vizinhos.

Mas quero, aqui, finalizar dizendo que devemos, sim, estar unidos para fazermos a revitalização do rio São Francisco. Vamos todos chamar a atenção do governo do Estado para esta revitalização importantíssima para o nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marquinho Viana):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente e nobre deputado Marquinho Viana, meu Líder interino Pablo Barrozo, quero dizer a V.Ex^a que estou, aqui, como um soldado ávido para receber as orientações de V.Ex^a.

Mas, subo nesta Tribuna, hoje, nesta segunda-feira, com muita alegria, com o coração transbordando de felicidade, e igual a mim milhares e milhares de torcedores do Vitória espalhados por todo o Brasil. O Vitória volta para o seu lugar, de onde nunca deveria ter saído, que é a elite do futebol nacional. No sábado à tarde nós tivemos o prazer de vivenciar uma festa belíssima: Fonte Nova lotada, e viver com os torcedores do Vitória uma tarde muito especial.

E aqui, meu caro Nelson, eu quero ressaltar o trabalho do presidente Raimundo Dias Viana. Aos 74 anos de idade, quando assumiu o clube, muitos com desconfiança, questionando já a sua idade, do outro lado um presidente jovem, moço, com todo o vigor da juventude, e do outro lado um senhor de 74 anos, e isso gerou uma certa preocupação da torcida rubro-negra. Mas, ao final do campeonato da segunda divisão nós observamos que a experiência venceu a juventude. O Raimundo Viana deu um banho de sabedoria. Foi um golaço, um gol de placa em cima do presidente do Bahia. Parabéns ao Presidente Raimundo Dias Viana.

Quero parabenizar a comissão técnica, comandada pelo técnico Wagner Mancine, que teve a humildade de, ao longo do campeonato, reconhecer em alguns momentos que não foi feliz, quando retirou o jogador Amaral do time, ali o time caiu de produção e ele atendeu às observações da Imprensa, da torcida, trouxe Amaral de volta e o time voltou a vencer e voltou a subir de produção.

Mas, quero também, nesse momento em que comemoramos a volta à elite, já traçar as estratégias para que não seja uma volta efêmera, passageira, para que ocupemos esse lugar na elite e que permaneçamos. Mas, para isso temos que ter planejamento e é necessário que se renove o contrato dos melhores jogadores.

A defesa foi um ponto alto do Vitória nesta reta final de competição. Esses jogadores, a diretoria deve fazer tudo para mantê-los, mas é necessário que a prioridade seja a renovação do contrato do jogador escudeiro.

No primeiro tempo da partida contra o Luverdense estava mal posicionado em campo, mas no segundo tempo, jogando na meia cancha, foi um baile, foi um chocolate, foi uma verdadeira aula, o escudeiro arrebentou com o jogo e é necessário que seja uma prioridade a sua renovação. Manter a comissão técnica, os principais jogadores, reforçar, porque precisamos de reforços, e aí sim vamos para uma

competição onde há uma desigualdade em termos de investimentos, uma desigualdade no valor da cota de televisão.

O campeonato brasileiro é de pontos corridos. Fica praticamente impossível aquelas equipes de menor investimento chegar ao título. Mas, com sabedoria, com boas contratações, com a valorização da prata da casa, os seus melhores valores, o Vitória pode remodelar a sua equipe, mantendo uma boa estrutura do que está aí, com os seus retoques, e fazer uma boa competição no ano de 2016.

Lamentar, porque gostaria que o Bahia estivesse também na primeira divisão. Precisamos de um futebol forte no Nordeste, tendo o Vitória na primeira divisão, o Sport na primeira divisão, agora o Santa Cruz, e gostaria que o Bahia pudesse nos acompanhar também nessa subida. Eu fico triste, o Bahia vai permanecer mais um ano na segunda divisão, e aí vamos ficar tristes, porque não vamos ter o Bahia para marcarmos, seriam seis pontos em 2016.

Lamento o fato de o Bahia não ter conseguido passar, pois gostaria de que este time estivesse, novamente, na 1ª divisão do futebol brasileiro. A gente precisa de um futebol forte no Nordeste. Bem, o Vitória está na 1ª divisão do futebol brasileiro; estão, também, o Esporte e o Santa Cruz. Se o Bahia tivesse podido nos acompanhar, também, nesta subida, seria muito bom para o Nordeste.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Eu fico triste, pois o Bahia, ainda, permanecerá mais 1 ano na 2ª divisão do futebol brasileiro. Aí, ficaremos tristes, porque não teremos o Bahia para a gente marcar. Seriam 6 pontos em 2016 na 1ª divisão do futebol brasileiro. Infelizmente, vamos ficar sem este nosso adversário e sem este nosso freguês na 1ª divisão do futebol.

Mas, aqui, é de coração.

Ao mesmo tempo em que festejo a subida do Vitória, lamento o Bahia permanecer na 2ª divisão do futebol.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras presentes, meu caro deputado Adolfo Menezes, eu ouvi o seu pronunciamento com atenção e pude perceber a sua aflição com relação ao problema de ordem social com que V.Exª convive em sua região.

Eu me recordo de que, há cerca de 3 meses, ocupei esta tribuna para solicitar ao governo da Bahia ter o tamanho da Bahia e não, apenas, o tamanho da nossa capital. É preciso que, com pronunciamentos como os de V.Exª, deputado da Base do governo, como o seu feito hoje, seja possível que, aí, sim, o governo estadual e, também, o governo federal voltem as suas atenções para a nossa Bahia, a fim de que

a gente possa resolver os problemas graves como, por exemplo, o incêndio na Chapada Diamantina.

Mas eu vim aqui a esta tribuna, Sr. Presidente, para lembrar que, no dia 24 de setembro passado, realizamos, nesta Assembleia Legislativa, uma sessão especial em que discutimos a questão da paralisação das obras da Enseada Indústria Naval, mais conhecida como Estaleiro do Paraguaçu. À época, discutimos, aqui, a diminuição dos investimentos da Petrobras na Bahia. Daquela sessão, conseguimos extrair um documento chamado Carta da Bahia.

Nós levamos esta Carta da Bahia para a avaliação em nossa Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, na qual a mesma foi aprovada. Em seguida, nós a trouxemos para o Plenário e conseguimos a assinatura de todos os deputados que compõem esta Casa.

O intuito era levar a Carta da Bahia à presidência da Petrobras, ao governo do Estado da Bahia e à presidente da República.

Entramos em contato, via telefone, com o ex-governador e hoje ministro-chefe da Casa Civil, o Sr. Wagner, na tentativa de marcarmos uma audiência. Então fomos orientados a fazer a solicitação mediante ofício, o que foi feito. Infelizmente, até hoje, não obtivemos respostas.

Mas, na semana passada, estivemos em Brasília e, lá, nós nos dirigimos até o protocolo geral do Palácio do Planalto quando demos entrada naquele documento. Espero que aquele documento, com a assinatura de todos os deputados desta Casa, seja recebido e que o ministro, então, dê o devido encaminhamento.

Da mesma forma, já mandamos protocolar a Carta da Bahia na Governadoria, ou seja, na sede do governo da Bahia, como também na presidência da Petrobras, a fim de podermos acompanhar e cobrar, meu caro deputado Vando, para ver se conseguimos recuperar aquele mundo de dinheiro – cerca de R\$ 2,8 bilhões – que estão enterrados, ali, na Enseada do Paraguaçu com aquelas obras paralisadas, desempregando milhares de pessoas, quebrando vários empreendedores pequenos, médios e grandes.

Portanto esta é uma questão de honra para a Bahia e é uma questão de honra para esta Casa lutarmos na tentativa de retomar aquela obra.

Sr. Presidente, ainda na semana passada, no mesmo dia 17, tivemos a oportunidade de participar, lá, em Brasília, de um congresso patrocinado pela Fundação Ulisses Guimarães quando o nosso partido, o PMDB, traz, para a discussão, em nosso seio, um documento que se reveste em alternativa para que a gente consiga tirar nosso País desta crise política, econômica e financeira na qual estamos vivendo.

O PMDB como sempre dá um passo adiante, dá um passo avante e traz de fato uma alternativa concreta. O que é preciso, meu caro deputado Vando, é que a sociedade brasileira e os políticos, primeiro, tomem conhecimento e consciência das causas que nos levaram a essa crise para que tenhamos coragem de enfrentá-las.

Então, o PMDB, montado em três pilares, pode começar a mudar a nossa

realidade, que é trabalhar o retorno de um orçamento verdadeiro em todos os níveis de governo; uma Previdência com uma relação mais realística com a demografia, relação da nossa Previdência com o tempo médio de vida que tem aumentado; como também uma auditoria profunda nessa dívida pública brasileira. Sabemos que há muitos anos o nosso país paga juros da dívida e a dívida em si não diminui. Meu caro deputado Luciano Ribeiro, quando o orçamento é aberto em janeiro, 51% dele já é para pagar juros, parte da dívida pública. Mais da metade do orçamento do país tem essa destinação. Imagine V.Ex^ase em sua casa o seu orçamento doméstico já tivesse que ser abatido em 51% só para pagar a agiota.

Portanto, temos que nos preocupar nesta Casa, meu caro deputado Joseildo, para que possamos contribuir com a Câmara Federal, com o Congresso Nacional com o intuito de tirar definitivamente o nosso país dessa crise. Espero que amanhã, Sr. Presidente, eu tenha mais um tempinho para prosseguir nesse comentário sobre o que o nosso Partido está preparando para a Bahia e o Brasil.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa, *TV Assembleia*, venho a esta tribuna, primeiro, para dizer que no último dia 20 ocorreu uma reunião, aqui em Salvador, na Secretaria da Saúde, com os secretários de Saúde do Nordeste, inclusive também com a presença do ministro da Saúde, cuja pauta foi exatamente a questão da picada do mosquito que causa a dengue, a zika e a chikungunya. E agora esse novo problema preocupante, a questão da microcefalia que atinge os bebês.

Diante disso, segundo o secretário da Saúde, o motivo dessa reunião era tratar as estratégias para o combate a esse problema da dengue. (Lê) “O objetivo foi construir uma estratégia agressiva de combate ao mosquito e controle dos agravos.” Semana passada na Comissão de Saúde desta Casa tivemos uma reunião, onde também foi discutida essa questão da dengue e já foi sinalizado que já existe uma vacina para controlar efetivamente os problemas causados pelo mosquito. Já existe uma vacina aqui e eles estão dizendo que querem mais recursos para combater. Como é que vai combater? E por que nem sinalizam, nem se lembram de citar que já existe uma vacina que pode combater a dengue? Já existe um laboratório, inclusive o laboratório já esteve aqui, já esteve no Ministério da Saúde. Já existe no laboratório do Instituto Butantã também a construção de uma vacina, mas essa vacina só estará pronta, segundo as informações, em 2020. Mas se já há essa vacina, por que o governo federal não investe, principalmente por causa das cidades do Nordeste que são as que mais têm problema com respeito a dengue?

Então, Sr. Presidente, ficamos, muitas das vezes, questionando sobre o porquê do governo não acabar logo com a questão da dengue se já há o mecanismo, deputado

Joseildo. Já foi comprovado, existe a vacina que pode combater.

Por exemplo, não querem aumentar o número dos agentes de endemia, não autorizam. O piso salarial dos agentes de endemia não querem pagar como é devido. E por que não compram a vacina, deputado Herzem Gusmão? Existe a vacina pronta. Já está pronta, já foi testada, já foi comprovada, só está esperando a sensibilidade do governo federal, através do Ministério da Saúde, para que possa, realmente, distribuir para o Nordeste, principalmente para a Bahia.

Um outro assunto que eu gostaria de falar é que amanhã teremos na Comissão de Saúde uma audiência pública em comemoração ao Novembro Azul e Negro. Discutiremos sobre o Dia Mundial do Diabetes, o Dia Nacional dos Ostomizados, o Dia do Combate ao Câncer de Próstata e sobre o Dia da Consciência Negra.

Então, amanhã, teremos na Comissão de Saúde desta Casa uma audiência pública com temas em comemoração ao Novembro Azul e Negro. E eu gostaria de contar com a presença dos Srs. Deputados para fazerem...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- (...) as suas contribuições para temas tão importantes com respeito à saúde do homem, enfim, com respeito à saúde de toda população da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas da imprensa, visitantes que ocupam as galerias, senhores que acompanham os trabalhos desta Casa pela *TV Assembleia*, na semana passada, recebi uma grande notícia. E sobre o impacto da notícia eu não registrei e não fiz os agradecimentos necessários aos Drs. Átila, Dablio e Danilo, três jovens advogados de Vitória da Conquista; ao mestre, aqui da capital, Ademir Ismerin, com a sua equipe; e também ao Dr. Márcio, outro grande mestre do Direito, na capital federal, ao lado do Dr. Sidnei e sua equipe. Portanto, aos nossos advogados muito obrigado. O Tribunal Superior Eleitoral libera definitivamente, eu não tinha nenhuma dúvida, até pela fragilidade da acusação imposta em função de comentários inerentes às nossas atividades jornalísticas em Conquista um ano antes das eleições.

Mas eu gostaria de fazer um registro, agradecendo também aos colegas desta Casa, as manifestações de todos os deputados que integram a Bancada da Oposição e até de deputados da Situação, do governo.

Mas, hoje, eu cheguei aqui e fiz uma solicitação ao colega deputado do governo Marquinho Viana, porque eu vejo que a prefeitura de Vitória da Conquista em silêncio, na omissão, não reagiu à iniciativa da superintendência do Ibama da Bahia, em retirar o escritório do Ibama de Vitória da Conquista que tem o terceiro melhor

desempenho do Estado. O Ibama, em Conquista, é responsável em cuidar da nossa vegetação. Conquista tem uma curva climática que impressiona, que foi levantada pela Unicamp na década de 70, para a implantação do café: caatinga, mata atlântica e também o cerrado, a mata cipó, temos uma distância muito insignificante desses biomas da nossa vegetação, da diversidade.

O Ibama cuida também de combater o desmatamento naquela região. Conquista lidera, está em primeiro lugar em desmatamento. Lá, temos também o corredor da Rio-Bahia que serve para o tráfico de animais silvestres. E, portanto, o Ibama tem uma atuação extraordinária naquela cidade e um grande desempenho. É inaceitável o silêncio do prefeito, é inaceitável o silêncio dos deputados do PT e dos deputados ligados ao governo que representam Vitória da Conquista.

Por isso fiz um apelo ao deputado federal Lúcio Vieira Lima, porque amanhã, em Brasília, o Ibama poderá acatar a decisão, o pleito, o pedido, a indicação da Superintendência do Ibama da Bahia pela desativação do escritório na Cidade de Vitória da Conquista. Com a ausência dos deputados de governo, com a ausência da Prefeitura de Conquista, fiz um apelo do deputado Marquinho Viana para que ele, com o seu prestígio junto ao governo, possa ajudar, solicitei por ele ser deputado de governo, é o mais próximo ligado ao governo da nossa capital do Sudoeste, que é a cidade de Vitória da Conquista.

Portanto, apelamos que o governo federal que está, repito, infelicitando a Nação brasileira, desmontando a máquina por falta de recurso, quebraram o Brasil, que eles possam manter o escritório do Ibama na cidade de Vitória da Conquista. O deputado Zó reagiu porque o Ibama está querendo retirar o escritório de Petrolina e transferir para Salgueiro, em Pernambuco. Sobre o nosso escritório falam em transferir para Ilhéus ou para Barreiras.

Está aí o nosso registro, o nosso apelo, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos ouvem, que nos assistem através da *TV Assembleia*, subo a esta tribuna nesta data para tentar fazer coro com algumas vozes do nosso Parlamento, preocupadas na direção de preservar, independente dos seus matizes ideológicos, a política de conteúdo nacional estreada a partir do advento do governo Lula, que deu origem à retomada extremamente importante da indústria naval que estava há várias décadas estagnada, sem porvir, sem nenhuma perspectiva.

Na Bahia, a inteligência da indústria naval se fez presente na iniciativa exitosa daqui do estaleiro de Maragogipe e também do canteiro de obras da Petrobras, que a partir da sua existência, tornava a contratação de serviços especializados na área de

engenharia naval a mais barata possível e com a possibilidade, em nossa opinião, semelhante àquelas que, ainda hoje, acontecem no Rio Grande do Sul, no Paraná, em Alagoas, no Rio de Janeiro. Mas, em nenhuma dessas possibilidades, há a favorabilidade ambiental que tem a Bahia de oferecer um serviço mais qualificado e com muito mais possibilidades de ganhos.

Estou falando da preservação mínima de três mil e quinhentos empregos diretos, que, multiplicados por sete – em função da virtuosidade dessa relação, do ponto de vista de serviços adicionais –, elevam, para vinte e quatro mil e quinhentos, os postos de oportunidade de trabalho aqui na Enseada do Paraguaçu. Tudo isso em função da crise econômica, da corrupção entremeada nos diversos módulos, nos três níveis de governo. Quando existem instrumentos reais, inclusive jurídicos, que podem ser colocados à disposição do País e fazer com que a atitude da atual direção da Petrobras seja direcionada para a preservação dos empregos, inclusive quando aquelas empresas consideradas idôneas e que podem participar do processo não tiverem acesso às tecnologias necessárias, que possamos acessar empresas estrangeiras para trabalhar no canteiro de obras da Petrobras. Tal canteiro serve para a construção dos módulos dos oito navios que a empresa tem interesse de ter na sua frota para trabalhar o encaminhamento estratégico das suas negociações para a produção de óleo, refino e também para a colocação de gás aqui na Bahia de acordo com a elevação e a qualidade da demanda. Isso demonstra que a administração atual da Petrobras não pode ficar inerte, insensível a essas oportunidades que emergem da crise.

Portanto, não precisa nem de criatividade. É preciso lançar mão daquilo que tem cabimento e que está à disposição da administração da nossa petroleira estatal, que por ser estatal tem à sua disposição elementos extraordinários para que se lance mão do retorno da atividade da política de conteúdo nacional, que tanto interessa à sociedade brasileira.

Então, é essa a advertência que fazemos, daqui desta tribuna, para que não percamos essa oportunidade que está, como se diz na gíria, “na marca do pênalti”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos. Minha querida Fabíola, as inscrições foram conforme os deputados exigiram.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Imprensa aqui presente, galerias, eu quero me associar, deputado Adolfo Menezes, às palavras de V. Ex^a e externar também a minha preocupação com o que vem ocorrendo nas terras da Carnaíba. Aquele distrito, pertencente ao município de Pindobaçu, conhecido pela extração de pedras preciosas, hoje se encontra interditado. Assim, várias famílias não estão tendo condições de exercerem os seus trabalhos como garimpeiros de pedras preciosas. Isso está gerando um prejuízo inestimável àquela região, ao município e à Bahia.

Vossa Excelência, que é de lá de Campo Formoso, sabe o quanto tal interdição

tem prejudicado este município de Campo Formoso, Antônio Gonçalves, Mirangaba, e a Serra da Carnaíba, onde ocorreu, sim, um ato errado, mas a população não pode pagar pela falha de uma ou duas pessoas. Tem-se de saber quais são os pré-requisitos para que se faça a exploração legal e, depois de definidos esses pré-requisitos, que as pessoas possam trabalhar.

Então, quero aqui pedir a atenção especial não só de autoridades e dos parlamentares – do deputado Adolfo Menezes e do deputado Alex da Piatã, que, como diversos outros deputados, estão brigando por esta causa –, mas quero pedir uma atenção especial ao governador do Estado, pedir uma atenção especial ao secretariado deste governo, ao secretário do Trabalho, ao secretário do Desenvolvimento Econômico, enfim, ao governo estadual, para que atentem para o que está acontecendo na Serra da Carnaíba e tomem providências.

Não adianta vir dizer que a questão é federal, não adianta vir dizer que a questão é o Exército que bloqueou, ou o Ministério Público Federal, ou o Ministério do Trabalho. A questão é que quem está sofrendo são os baianos, quem está sofrendo é o povo da Bahia, quem está sofrendo é a economia da Bahia.

Então, quero trazer este chamamento ao governador, aos seus secretários e ao seu governo para que tomem ciência do que está acontecendo lá na Serra da Carnaíba, no município de Pindobaçu.

Recebi notícias, deputado Adolfo Menezes, de que o governador deverá estar na quinta-feira no município de Pindobaçu. Espero que ele tome atitudes enérgicas para não deixar o povo da Bahia continuar a sofrer. Espero que ele receba a comissão do garimpo, as pessoas que trabalham lá. São mais de 20 mil pessoas envolvidas com isso, sofrendo, passando fome. Espero que as autoridades estaduais possam intervir nessa situação para que a Bahia não continue sofrendo e passando pelas dificuldades que tem passado, sobretudo, a nossa região, a sua região, a região de Pindobaçu, Campo Formoso, Mirangaba.

Depois de falar sobre esse assunto extremamente negativo para o nosso Estado, quero falar de um assunto positivo, que realmente tem trazido orgulho a quem mora aqui em Salvador.

Tive a oportunidade, ao lado do deputado Luciano Simões Filho, de participar, no último final de semana, da inauguração da nova etapa da orla marítima, no Jardim de Alah, mais uma vez mostrando o compromisso do prefeito ACM Neto com a nossa capital. Vi, ali, moradores, turistas, enfim, a população podendo usufruir de uma orla de qualidade, fazendo atividades esportivas. Vi os turistas se encantando com a beleza da orla do Jardim de Alah. Essa é a sétima intervenção do prefeito, que já fez a entrega e requalificação da orla de Itapuã, de Piatã, da primeira etapa, deputado Luciano Ribeiro, da orla da Barra, da orla de São Tomé de Paripe, de Tubarão e da Boca do Rio.

Tenho certeza de que até dezembro as etapas finais da orla da Ribeira e da Barra também serão entregues, e até o final de janeiro, será a do Rio Vermelho, para comemorar, deputados aqui presentes, a tradicional festa de Iemanjá, que ocorre no

bairro. Tenho certeza, repito, de que a requalificação da orla do Rio Vermelho também será entregue antes de 2 de fevereiro, o tradicional Dia de Iemanjá.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Por 5 minutos, a deputada Fabíola Mansur.

Deputado, meu querido amigo Luciano, V.Ex^a é o próximo.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, ao saudá-lo, cumprimento todos os nossos colegas parlamentares presentes.

O que me traz, hoje, a esta tribuna é comunicar a nossa participação, no período da manhã, pela assinatura da ordem de serviço da obra do entorno e da requalificação do Hospital Geral Roberto Santos. Interessante é o fato de esta ser uma obra demanda já há muito tempo. Tal modificação permitirá não só o acesso da população que vai ao hospital e que não tem, naquela pequena rua, pois fica atrás do hospital. E, hoje, tal rua se transformará na 25 de Maio, com seis metros de largura, dois quilômetros. Tal reestruturação contornará o hospital. Enfim, esta é uma intervenção urbana de importante iniciativa.

Quero cumprimentar o governador e os secretários Fábio Villas-Boas e Carlos Martins, pois não só investem prioritariamente em obras de infraestrutura e de mobilidade como também investem dentro do hospital.

Do lado de fora, melhor, houve, ali, vários debates com a comunidade de Narandiba para minimizar o quantitativo de desapropriações que serão, apenas, de 7 casas. A comunidade se beneficiará, não só pela via asfaltada, iluminada, como também com a construção de uma creche comunitária, de uma academia de saúde e da requalificação de uma quadra poliesportiva.

Dentro do hospital – que é centro de referência de saúde na Bahia hoje, e leva o nome do ex-governador Roberto Santos, inaugurado há 40 anos, e muito aplaudido –, haverá, também, a inauguração de uma nova UTI neonatal com a possibilidade de ampliação de leitos de alta complexidade.

Sabemos que isso reduzirá a demanda, ou melhor, com a melhoria da requalificação de risco, com a melhoria e com a valorização dos profissionais de saúde daquele hospital, tentaremos diminuir toda esta demanda que temos por leitos, que é o grande gargalo na saúde hoje, porque há a necessidade de leitos.

Temos de entender, também, que esta obra de entorno – na via de servidão do Hospital Roberto Santos – foi amplamente debatida com a comunidade de Narandiba. Ficamos felizes com as práticas de debates e de conversas com a comunidade antes desses projetos serem aprovados. Sem dúvida nenhuma, é uma obra de grande magnitude. Ficamos muito felizes por esta iniciativa. Esperamos que esta obra seja logo tocada e terminada muito em breve.

Estive, também, participando da pauta acerca dos assassinatos de jovens na

CPI, presidida pela senadora Lídice da Mata, com as presenças dos senadores Lindberg e Humberto Costa. Sabemos que a violência é um problema e um desafio para toda sociedade brasileira. E o desafio é complexo para a solução desses problemas, pois vão desde a fiscalização das nossas divisas, passando pelo combate às drogas, a desmilitarização da polícia, maior inclusão na educação e na cultura para os jovens.

Sabemos, também, que temos índices relevantes, pois, no Brasil, foram 56 mil homicídios no ano em 2013; assim como na polícia são 490 policiais assassinados. Não queremos esses índices estatísticos. Mas temos de entender que a maioria, ou seja, 77% dos nossos jovens assassinados são jovens negros da periferia.

Precisamos fazer um pacto para diminuir esses números.

É preciso visibilizar. A CPI faz este papel. Realmente, precisamos combater o racismo institucional, brigar por igualdade racial, brigar pelo fim da intolerância religiosa, a fim de tentar diminuir esses índices que são contundentes. Não é possível que 46% de todos os homicídios sejam de jovens; e desses, 77% são negros.

Precisamos acabar com esta segregação racial e com o racismo institucional. Precisamos defender políticas públicas na educação e na cultura para diminuir esses índices que nos envergonham e tiram o futuro da nossa juventude, presidente.

Por isso, está de parabéns a CPI que ocorreu em Lauro de Freitas!

Há, na Bahia, 5 dentre os 10 municípios mais violentos. Precisamos fazer um pacto federativo entre os municípios, estados federados e União para mudar tal realidade ao investir mais e com mais inclusão. Quanto mais excluirmos, menos precisaremos de repressão. Quanto mais desmilitarizar e terminar com os atos de resistência, enfim, com alguns projetos que estão tramitando, poderemos mudar a atual realidade. Este mandato está à disposição para fazer este debate.

Esteve presente o deputado Marcelino Galo, presidente da Comissão dos Direitos Humanos. Isso é muito importante!

Precisamos enfrentar o debate para encontrarmos, conjuntamente, a solução porque, senão, comprometeremos o futuro da nossa juventude e, sobretudo, o futuro dos nossos jovens negros.

Obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Quero saudar as presenças dos alunos da Escola Municipal Edivaldo Boaventura, de Lauro de Freitas. Sejam bem-vindos à Assembleia Legislativa nesta tarde.

Concedo a palavra ao deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, alunos que aqui nos visitam, subo a esta tribuna, hoje, para fazer uma análise, ainda que sucinta, dada a exiguidade do tempo, sobre dois temas que, na verdade, direcionam a um gênero que é o papel da Assembleia Legislativa no conjunto da estrutura do

Estado.

Primeiro, meus caros deputados, com a nossa prática adotada aqui nesta Casa de aceitar tudo o que o Executivo para cá encaminha, nós estamos – e, mais uma vez, repito isso –, sempre e invariavelmente, a aceitar sem questionar.

E uma das questões que, ultimamente, nos fere e que todos nós precisamos refletir – talvez não estejamos a refletir – refere-se às emendas impositivas. A Constituição do Estado da Bahia, quando definiu as emendas que têm de, obrigatoriamente, serem pagas aos deputados, ela não o fez dividindo por setores ou por áreas como, por exemplo, educação, saúde e a área livre.

Mas o governo nos impôs isso ao abrir o seu programa para que nós tivéssemos de apresentar as nossas emendas para o Orçamento que será votado: 50% para a saúde; 25% para a educação; e o restante, livre; mesmo assim, em determinados programas previamente definidos pelo governo.

A culpa é nossa! A culpa é deste Parlamento! A culpa é nossa por não se fazer cumprir o que a nossa Constituição do Estado da Bahia estabelece. A nossa Constituição baiana não faz esta subdivisão, por conseguinte, não determina que as emendas impositivas sejam restritas a determinados programas e divididas em áreas específicas.

Precisamos refletir sobre isso!

É exatamente por falta desta reflexão que o governo vem, dia após dia, sob o frágil argumento da crise econômica instalada no País, com o aval desta Assembleia Legislativa, trazer mais encargos à sociedade baiana.

Estamos, aqui hoje, recebendo mais 2 projetos.

Em um dos projetos, o governo muda a sua meta fiscal! Meu caro Hildécio, V.Ex^a, como bem conhecedor desta área, sabe que isso significa que o governo da Bahia foi incapaz de economizar aquilo que teria de economizar!

E para que se cumpra a sua meta fiscal, ele diminui, na lei, aquilo que havia prometido! E faz mais! Manda outro projeto de lei, além daqueles que aqui já passaram, aumentando a alíquota do ICMS para 18%! Aumenta-se a alíquota do ICMS, em alguns produtos, em mais 3 pontos percentuais!

Mas não chega à nossa Casa o escopo. Não estamos a visualizar nenhuma ação deste governo no sentido de diminuir ou economizar ou tornar eficiente a máquina pública para que os baianos não paguem pela inoperância deste governo.

O governo empenhou, durante este ano, de débitos do exercício anterior, cerca de R\$ 1,6 bilhão, pois isso fez com que se comprometesse o Orçamento de 2015. E, por causa disso, o governo manda a nova alteração de sua meta fiscal.

Mas de nada adianta eu, aqui, falar para refletirmos e para repercutirmos isso, se nós não reagirmos, se nós não estivermos aqui para, ao menos, não deixar que estes projetos tenham a tramitação que o governo queira.

O governo, sempre, manda e, novamente, mandou novos projetos de lei, através do famigerado regime de urgência, que nada se discute, que atropela, passa

por cima de todos deixando esta Casa de joelhos, a dizer amém a tudo que beneficia os programas políticos governamentais, o que maltrata e penaliza a população baiana.

Precisamos, portanto, reagir, fazer com que a Assembleia Legislativa do Estado tenha o seu verdadeiro papel: a defesa da Bahia e dos baianos!

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Fabíola Mansur:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- É, daqui a pouco.

Deputado Luciano, V.Ex^a mais uma vez fala o que todos nós sabemos. Infelizmente, o governo trata esta Casa como uma Secretaria. E a culpa é nossa! Nossa, quer dizer, dos deputados governistas, que dizem amém a tudo que vem do governo, sem discussão! O senhor está correto.

Questão de ordem, deputada Fabíola.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Eu gostaria de pedir a V.Ex^a que verificasse o quórum desta sessão para a continuação dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Visivelmente nós temos aqui os deputados Herzem, Vando, Hildécio, Pedro, Adolfo Viana, Leur, Tom, Luciano, Adolfo. Portanto...

O Sr. Herzem Gusmão:- Uma questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Herzem.

O Sr. Herzem Gusmão:- Presidente, eu não poderia deixar esta Casa sem enaltecer a sua posição. Nós precisamos realmente colocar o Parlamento onde ele precisa estar: em defesa dos interesses dos brasileiros, os baianos.

Parabéns, presidente, pelo seu posicionamento!

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Obrigado.

Então, não temos condições para a continuidade da sessão por falta de quórum. Declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.